

C. E. D. I. P. I. B.
DATA 31/05/94
OP 31700124

mus. cat.

COMUNICAÇÃO PASTORAL
AO POVO DE DEUS

COMUNICAÇÃO PASTORAL AO POVO DE DEUS

I — INTRODUÇÃO

Os Bispos da Comissão Representativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunidos na cidade do Rio de Janeiro de 19 a 25 de outubro de 1976, diante dos acontecimentos recentes que atingiram a Igreja no Brasil, comovendo a tantos no país e no exterior, pensamos em vocês, gente simples, gente religiosa, gente das comunidades de base e dos grupos de reflexão, e lhes oferecemos esta reflexão pastoral.

Falando após tantas manifestações de Pastores e Igrejas, não queremos fazer um documento de denúncia, ainda que os fatos aqui narrados já sejam, por si mesmos, uma denúncia clara e forte. Nossa intenção é iluminar com a luz da Palavra de Deus os acontecimentos atuais para que os cristãos tomem, diante deles, uma atitude de fé e coragem, uma animação parecida com aquela que dá o Livro do Apocalipse. Ao cristão é proibido ter medo. É proibido ficar triste.

Para esta comunicação pastoral, pudemos contar com a preciosa e fraterna colaboração de padres, religiosos, religiosas e leigos. Assim, queremos apresentar:

- 1.º *Os Fatos* — Contamos coisas que os jornais já divulgaram e que achamos bom recordar para servir de base à reflexão. Colocamos, também, algumas coisas que não saíram nos jornais, nem no rádio.
- 2.º *O sentido desses fatos* — Aconteceram por acaso ou são frutos produzidos por alguma árvore que devemos procurar conhecer?

3.º *Alguns princípios pastorais e novos apelos de Deus* — O que a Palavra de Deus nos diz a respeito desses acontecimentos? Se Deus nos fala, não só pela Bíblia e pela sua Igreja, mas também pelos acontecimentos, procuremos descobrir os caminhos do Senhor no meio das coisas contadas e meditadas nestas páginas.

II — OS FATOS

Recentemente ocorreram fatos que, por sua gravidade, abalaram a Igreja e o povo brasileiro. Referimo-nos principalmente ao assassinato dos sacerdotes Pe. Rodolfo Lunkenbein, Pe. João Bosco Penido Burnier e ao seqüestro do bispo Dom Adriano Hipólito, da Diocese de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

— O Caso de Merure, MT

A origem deste caso está ligada à demarcação da terra dos índios, feita com autorização da FUNAI.

Dois dias depois de iniciados os trabalhos, no dia 15 de julho deste ano, mais de 60 pessoas entre fazendeiros, posseiros e capangas, foram armados à sede da Missão Salesiana de Merure, MT, procurando pelo Pe. Rodolfo, diretor da Missão, para tomar satisfação.

O Pe. Gonçalo que os atendeu foi por eles maltratado. Pouco depois chegaram Pe. Rodolfo e alguns índios Boróros. Pe. Rodolfo não reagiu às provocações. Tentou convencê-los a recorrer à Justiça. Alguns Boróros logo queriam fazer alguma coisa para impedir o desacato ao Pe. Rodolfo.

Lourenço, chefe dos Boróros, levou um tiro pelas costas. Três outros tiros foram dados. O Pe. Rodolfo foi atingido e morreu 10 minutos depois. O tiroteio se generalizou. Outros índios foram chegando para perto. Ficaram feridos cinco deles e alguns dos atacantes. Um deles, Aloísio, caiu morto por um tiro no rosto e facadas. O índio Simão caiu também ferido. Quando sua mãe Tereza tentou socorrê-lo, foi também grave-

mente ferida. Os atacantes fugiram logo após, deixando no local o corpo de Aloísio e um de seus carros.

Os feridos foram levados para Barra do Garças. No caminho morreu o índio Simão. O enterro de Simão foi no dia seguinte, e o do Padre Rodolfo dois dias depois. O corpo de Aloísio foi entregue à família pela Polícia.

— O seqüestro de Dom Adriano Hipólito

Na quarta-feira, dia 22 de setembro do corrente ano, Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, deixou a Cúria Diocesana acompanhado de seu sobrinho e pela noiva deste, num carro Volkswagen pertencente ao Bispo.

Após percorrerem poucas ruas, foram interceptados por dois carros, dos quais saíram cinco ou seis homens armados de pistolas. De modo brutal obrigaram o bispo e seu sobrinho a sair do carro, enquanto a moça conseguia, no meio da confusão, fugir para sua casa. O bispo foi atirado no banco traseiro do carro dos seqüestradores. Colocaram-lhe um capuz na cabeça e algemas nos pulsos, obrigando-o a se abaixar para não ser visto da rua, enquanto o carro partia em louca disparada. Os raptos cortaram todos os botões da batina do bispo.

Após uns trinta minutos, pararam o carro e tiraram toda a roupa do bispo, deixando-o inteiramente nu. Tentaram enfiar-lhe na boca uma garrafa cheia de cachaça. Tendo o bispo reagido, desistiram da idéia. Ao mesmo tempo, gritavam que eram da "Aliança Anti-Comunista Brasileira", que o bispo era um "comunista traidor" e que "depois chegará a hora do bispo Calheiros"! (Trata-se de Dom Waldyr Calheiros, Bispo de Volta Redonda, RJ).

Depois levaram o bispo para um lugar mais afastado, de onde pôde ouvir os gritos de seu sobrinho. Tendo horripado o bispo com tinta vermelha, tornaram a colocá-lo no carro. Abandonaram-no amarrado, bem distante de Nova Iguaçu, na calçada de uma rua do bairro de Jacarepaguá.

O bispo foi encontrado por alguns homens que lhe deram algumas roupas e o levaram à paróquia mais próxima. Dom Adriano dirigiu-se, então, à Delegacia do Distrito local e dali, após prestar depoimento, foi levado para a Polícia Política. No DOPS recebeu informação de que seu sobrinho tinha sido encontrado e, juntamente com a noiva, estava a caminho para prestar esclarecimentos. Informaram-lhe, ainda, que o seu carro tinha sido explodido em frente da sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no bairro da Glória, na cidade do Rio de Janeiro.

Ainda no DOPS, Dom Adriano recebeu a visita do Sr. Núncio Apostólico, o representante do Papa, no Brasil, trazendo-lhe sua solidariedade. De início, o Sr. Núncio fora impedido de entrar na sala onde o bispo prestava depoimento.

Até a presente data, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil não tem conhecimento do resultado do inquérito aberto pelas Autoridades para descobrir os responsáveis pelo seqüestro.

— A morte do Padre João Bosco Penido Burnier

O Pe. João Bosco Penido Burnier, jesuita, missionário na Prelazia de Diamantino, em Mato Grosso, viajava na companhia do bispo Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix, daquele Estado, no dia 11 de outubro, regressando de uma reunião de padres sobre problemas dos índios.

Passando pelo povoado de Ribeirão Bonito, no município de Barra do Garças, o bispo e o padre se dirigiram à Delegacia local para reclamar contra a injusta prisão e torturas que estavam sofrendo duas mulheres do lugar.

Oito dias antes, fora assassinado o cabo Félix, da Polícia Militar de Mato Grosso, por ocasião da prisão, num clima de brutalidade e violência, dos filhos do Sr. Jovino Barbosa. A morte do cabo trouxe ao povoado de Ribeirão Bonito um grande contingente de policiais de Barra do Garças. A polícia semeou terror na área, prendendo, espancando, torturando.

Dona Margarida Barbosa, irmã do Sr. Jovino, foi presa nos dias 5 e 11 deste mês, e torturada pela polícia, que a

fez se ajoelhar, de braços abertos, em cima de tampas de garrafas. Enfiaram-lhe agulhas debaixo das unhas de suas mãos e nos seios. Espancaram-na. O interrogatório foi feito sob a mira do fuzil e com dois revólveres aos ouvidos. Durante este tempo não recebeu comida nem água. No dia 11, às 17 horas, ouviam-se, da rua, seus gritos: "Não me batam".

Dona Santana, esposa de Paulo, filho do Sr. Jovino, de resguardo de duas semanas, foi presa nas mesmas datas e violentada por vários soldados que também queimaram a roça e a casa do marido, com todo o arroz na tulha.

O sofrimento destas mulheres foi o motivo da ida de Dom Pedro e do Pe. João Bosco à Delegacia de Ribeirão Bonito. Eles tentaram em vão um diálogo sereno com os cabos Juraci e Messias e com dois soldados, intercedendo pelas vítimas. A polícia reagiu com insultos e ameaças, se ousassem denunciar estas arbitrariedades. O Padre recebeu um soco e uma coronhada no rosto e um tiro de bala "dum-dum" na cabeça.

Durante umas três horas de lucidez, Pe. João Bosco recebeu os sacramentos e ofereceu a Deus seus sofrimentos pelo povo e pelos índios. Levado, agonizante, para a cidade de Goiânia, faleceu às 17 horas do dia 12 de outubro.

— Outros Fatos

A estes somam-se ainda outros fatos que mostram a Igreja sendo coagida de forma permanente.

— Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, conhecido no mundo todo, tem sido vítima, de longa data, da censura oficial. A simples menção do nome de Dom Helder através da imprensa, do rádio, da televisão, foi proibida através de instruções escritas do Departamento de Polícia Federal, do Ministério da Justiça. O Semanário "O São Paulo", instrumento de comunicação da Arquidiocese de São Paulo, está obrigado a dupla censura prévia no Departamento de Censura da Polícia Federal.

— A ação da violência tem-se manifestado, ainda, contra outras instituições: os recentes atentados terroristas cometidos contra a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, ambas no Rio de Janeiro, a sede da Auditoria Militar, em Porto Alegre, e o Centro Brasileiro de Análises e Pesquisas (CEBRAP), em São Paulo.

— Na mesma noite do seqüestro de Dom Adriano Hipólito, além da explosão do carro na frente da sede da CNBB, uma bomba explodiu, também no Rio de Janeiro, na residência do jornalista Roberto Marinho, diretor do jornal "O Globo", ferindo um de seus empregados.

— A esses fatos, de maior repercussão, não podemos deixar de lembrar que, durante os últimos anos, ocorreram prisões políticas arbitrárias que incluíam seqüestros, maus-tratos, torturas, desaparecimentos e mortes, embora desde maio último, ao que se sabe, tais fatos não tenham sido repetidos. O mesmo não se pode dizer, porém, quanto aos crimes que continuam a ser cometidos por elementos de forças policiais contra a população através do nosso imenso Brasil, sendo mais notórios os episódios ocorridos recentemente em Campo Grande, MT, quando oficiais da Polícia Militar seqüestraram e mataram um jovem. Na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, e, em São Paulo, SP, outros crimes foram cometidos por elementos da Polícia Militar.

Violência gera violência. A violência instigada contra os presos políticos alastrou-se entre militares e policiais.

Parece evidente a constatação de que, além da deformação de elementos das forças policiais, os mais recentes atentados têm caracterizado a atuação de organizações terroristas no Continente Latino-Americano.

Uma demonstração do terrorismo político-militar, em nível latino-americano, foi a prisão de 17 bispos católicos, acompanhados de cerca de 20 assessores padres, religiosos e leigos, no dia 13 de agosto passado, na cidade de Riobamba, no Equador, levados para a cidade de Quito pelas autoridades militares daquele País. Na ocasião, esses bispos, que incluíam

brasileiros (Dom Cândido Padin e Dom Antônio Batista Fragoso), norte-americanos, chilenos, mexicanos, além de um paraguaio, um argentino e um venezuelano, endereçaram carta ao Papa na qual afirmavam que o objetivo do encontro era exclusivamente de ordem pastoral, para refletir juntos sobre problemas relacionados com a evangelização nas respectivas dioceses, no atual contexto histórico da América Latina.

III — O SENTIDO DOS FATOS

Diante de todos esses fatos, quem deve ser responsabilizado pela onda de perversidade que vem assumindo proporções alarmantes? O que está por trás de todos os crimes que, em nosso País, alcançaram um grau requintado de crueldade?

A ação perniciosa e nefasta, anônima ou pública, daqueles que tacham Bispos, Padres e Leigos de subversivos, agitadores e comunistas quando tomam a defesa dos pobres, dos humildes, dos presos e das vítimas de torturas, contribui para o clima e a prática da violência e das arbitrariedades.

Diante de tantos fatos que revoltam a opinião do País, não se pode responsabilizar somente o pequeno policial que puxa o gatilho do revólver, a este ou aquele policial ou militar. Torna-se necessário procurar as raízes mais profundas que colaboram para gerar o clima de violência.

Dentre os principais fatores de violência apontamos os seguintes:

— Os Pobres sem Justiça

São os pobres, os indefesos que enchem as cadeias, as delegacias, onde as torturas são freqüentes em vítimas que aí se encontram sob a acusação de não trazerem documentos de identidade, ou presos durante o "arrastão" das batidas policiais. Somente pobres são acusados e presos por vadiagem.

Para os poderosos, a situação é bem diferente. Há criminosos que não são punidos, porque protegidos pelo poder

do dinheiro, pelo prestígio e pela influência na sociedade que acoberta e, portanto, é cúmplice deste tipo de injustiça.

Esse duplo tratamento parece sugerir que, em nossa sociedade, só, ou acima de tudo, o dinheiro, e não o ser gente, é fonte de direito. Na Assembléia da Ordem dos Advogados, reunida nestes dias na Bahia, foi expressa a preocupação dos próprios advogados com esse estado de coisas, ao ser lembrado que: “o direito penal é o direito dos pobres, não porque os tutele e proteja, mas sim porque sobre eles, exclusivamente, faz pesar sua força e seu rigor”.

— *A impunidade de policiais criminosos*

É notória a ação criminosa do famoso “Esquadrão da Morte”, cuja presença é constatada em vários Estados da Federação. É sabido que, em vários casos, policiais assassinos foram presos e punidos segundo a lei.

Grave é o caso de policiais que, acusados de crimes de morte, corrupção, tráfico de drogas, lenocínio, não são levados às barras dos tribunais porque acobertados por poderes mais altos que os protegem sob a alegação de que são elementos valiosos na repressão de crimes políticos, impedindo-se à Justiça de cumprir o seu dever de assegurar o princípio da igualdade de todos perante a lei, base de qualquer sociedade que se pretenda civilizada.

— *A má distribuição da terra*

A má distribuição da terra, no Brasil, remonta ao período colonial. O problema se acentuou, porém, nos últimos anos, como resultado da política de incentivos fiscais às grandes empresas agro-pecuárias. Como resultado negativo, além da desenfreada especulação imobiliária levada ao interior do País, surgem as grandes empresas que, aparelhadas com recursos jurídicos e financeiros, acabam com os pequenos proprietários, expulsando os indígenas e posseiros de suas terras.

Estes pequenos proprietários, sitiantes e posseiros, com dificuldade até para obter uma carteira de identidade, não

conseguem documentar a posse da terra, ou fazer valer, perante a Justiça, os seus direitos de usucapião.

São, então, expulsos das terras, tangidos para mais longe, até para países vizinhos, ou transformados em novos nômades destinados a vagar pelas estradas do País.

Quando resistem, dão margem aos conflitos que se multiplicam, especialmente nas regiões amazônica e matogrossense.

Outros demandam às cidades mais próximas, provocando a vasta migração interna, que termina por “inchar” as grandes cidades onde têm que se alojar em casebres miseráveis, levando vida desumana, até que sejam varridos para mais longe, quando as áreas, nas quais se instalaram, passam a ser de interesse para a especulação imobiliária ou para a implantação de grandes projetos de urbanização. Antes disso, porém, já terão sofrido os males da cidade grande, tais como, o aviltamento dos salários e a péssima qualidade, ou total ausência, dos serviços urbanos.

— *A situação dos Índios*

Os índios, especialmente na Amazônia legal, perdem extensões crescentes de suas terras, para fazendeiros e posseiros, dos quais alguns, por sua vez, foram expulsos de suas terras de origem por empresários poderosos, repetindo-se hoje o que aconteceu no passado com os indígenas do Sul do País.

Neste quadro, o “Estatuto do Índio” torna-se letra morta, enquanto os indígenas, quando sobrevivem, passam a ser explorados como mão-de-obra barata, ou se dirigem para a periferia das cidades ou, ainda, famintos e doentes, vagueiam pelas estradas que rasgam suas reservas.

A tutela do Estado, tornando-os parcialmente incapazes perante a lei, impede que os índios se tornem sujeitos de seu crescimento e de seu destino.

É lento o processo para a demarcação das terras dos índios, problema que se acentua dada a ganância dos que se dedicam à exploração das riquezas minerais e das florestas.

A introdução de um modelo de progresso, apoiado em amplos recursos financeiros, expõe tribos inteiras ao extermínio, como é o caso da abertura de estradas sem um planejamento prévio, que respeite os primitivos habitantes da área. Neste caso incluem-se projetos do próprio INCRA.

Não é de surpreender, assim, que os índios sejam levados a ter vergonha de sua raça, procurando esconder suas origens, proclamando-se bolivianos, peruanos, para poderem ser aceitos por uma sociedade que se considera superior.

— *Segurança Nacional e Segurança Individual*

Já dissemos que o princípio da igualdade de todos perante a lei é a base de qualquer sociedade que se pretenda civilizada. Logo, a segurança de cada um e de todos os cidadãos de um País é essencial para a segurança interna de uma Nação.

A Constituição Brasileira, em vigor, afirma que “todo o poder vem do povo e em seu nome é exercido”. A afirmação em contrário, segundo a qual “é o Estado que outorga a liberdade e os direitos humanos” aos cidadãos, ao povo, não deve nos surpreender, se tivermos em mente o pensamento que inspira a “doutrina da Segurança Nacional”, a qual desde 1964 tem inspirado o Governo Brasileiro, dando origem a um sistema político cada vez mais centralizado e, em igual proporção, cada vez contando menos com a participação do povo.

Na visão humanista e cristã, a Nação resume todas as formas de associação do povo. O direito de livre associação tem que ser reconhecido, respeitado e promovido pelo Estado, isto é, pelo Governo. Ser nacionalista, portanto, não significa sacrificar uma fé, um sentimento, ideais, valores que possam parecer nocivos e até incompatíveis com os interesses e pontos de vista do sistema político vigente.

Ainda segundo a visão humanista e cristã, Nação não é sinônimo de Estado. Nem é o Estado que outorga a liberdade e os direitos humanos, cuja existência é anterior à da própria Nação, cabendo, porém, ao Estado, reconhecer, defen-

der e promover os direitos humanos de todos e de cada um dos cidadãos.

Outra grande tentação dos detentores do poder é confundir o dever de lealdade do povo para com a Nação, com a lealdade ao Estado, isto é, ao Governo. Colocar o Estado, o Governo, acima da Nação, significa supervalorizar a segurança estatal e desprezar a segurança individual. Isto significa reduzir o povo ao silêncio e a um clima de medo.

Sem a consulta e a participação popular, os programas, projetos, planos oficiais, por melhores que possam ser, e mesmo se tiverem êxito material e econômico, mais facilmente levam à corrupção e não se justificam, quando não correspondem às necessidades e aspirações do povo.

A ideologia da Segurança Nacional colocada acima da Segurança Pessoal, espalha-se pelo Continente latino-americano, como ocorreu nos países sob domínio soviético. Nela inspirados, os regimes de força, em nome da luta contra o comunismo e em favor do desenvolvimento econômico, declaram a “guerra anti-subversiva” contra todos aqueles que não concordam com a visão autoritária da organização da sociedade.

O treino para esta “guerra anti-subversiva”, na América Latina, contra o comunismo, além de levar ao embrutecimento crescente de seus agentes, gera um novo tipo de fanatismo, um clima de violência e de medo. São sacrificadas as liberdades de pensamento e de imprensa, são supressas as garantias individuais.

Essa doutrina tem levado os regimes de força a incorrerem nas características e práticas dos regimes comunistas: o abuso do poder pelo Estado, as prisões arbitrárias, as torturas, a supressão da liberdade de pensamento.

IV — *ALGUNS PRINCÍPIOS PASTORAIS E NOVOS APELOS DE DEUS*

Colocando-nos diante da realidade dos fatos e de algumas de suas principais causas e raízes, suplicamos as luzes e a sabedoria do Santo Espírito para poder perceber, nesses

acontecimentos e nessas situações, os apelos de Deus para nossa missão evangelizadora e afirmar alguns princípios que norteiam nossa ação pastoral.

Vamos refletir juntos baseados na Palavra de Deus, especialmente nos Santos Evangelhos.

O mundo contém a presença do bem e do mal. O Evangelho fala de um campo onde foi semeado trigo e joio, de uma rede onde foram apanhados peixes bons e maus, de uma terra onde a semente germina, cresce e dá fruto e de outra onde a mesma semente nem nasce. Cristo veio salvar a todos. Há porém os filhos da luz que recebem a mensagem da salvação e há os filhos das trevas que se recusam a recebê-la.

Reconhecemos que, mesmo entre os cristãos, pode haver e há muitos a serviço do poder do mal. Reconhecemos também, por outro lado, que, mesmo fora das Igrejas, pode haver e há pessoas lutando do lado de Cristo sem saber e sem reconhecer que só Ele liberta. Essa divisão entre o bem e o mal passa pelo coração de cada homem. Todos sentimos, como São Paulo, duas forças dentro de nós: uma nos chamando para a liberdade, outra nos escravizando no pecado. Daí a necessidade constante de conversão, de deixar o Espírito Santo ir expulsando, com suas luzes, as trevas que ainda há em nós.

No campo do mal, nem todos são “lobos vestidos com pele de ovelha”. Há também pessoas bem intencionadas, que estão ali por ignorância como Saulo que perseguia os cristãos, ou como o centurião que comandou a execução de Cristo. Há mesmo os que julgam, com sinceridade, estar servindo à causa do bem e “estar prestando um serviço a Deus”. Por isso, mesmo quando fazem sofrer um irmão, não podemos alimentar desejos de vingança ou de que Deus os castigue. Devemos rezar por eles como Cristo fez: “Pai, perdoai-lhes porque não sabem o que fazem”. Nossa luta não pode ser contra as pessoas: todas merecem nosso amor. Nossa luta é contra a escravidão do pecado, da fome, das injustiças, pelas quais as pessoas, muitas vezes inconscientemente, se tornam responsáveis.

As forças organizadas do mal não querem dar lugar aos fracos e aos pequenos que são a maioria do povo. Só os gran-

des e poderosos é que têm direito. O pequeno deve ter só o estritamente necessário para continuar vivendo e servindo aos poderosos. No momento em que ele se recusar a servir ou começar a ser uma pedra no sapato do grande, ele deve desaparecer, sua terra deve ser invadida, sua choupana desapropriada e destruída.

O plano de Deus é diferente. Ele mandou seu filho Jesus para ser a esperança e a defesa do fraco, do marginalizado, do oprimido. Por isso Jesus repreendeu os discípulos porque foram grosseiros com as crianças, deu valor ao gesto humilde da prostituta, salvou de apedrejamento a mulher que traíu o marido, assentou-se à mesa com pessoas de má fama, como os publicanos, e até escolheu Mateus, um deles, para ser Apóstolo. Com perdão e misericórdia, deixou as noventa e nove já salvas, saindo em busca da ovelha perdida.

A Igreja deve seguir o exemplo de Cristo. Ela não pode excluir ninguém e deve oferecer a todos, grandes e pequenos, os meios de salvação que recebeu de Cristo. Mas sua opção e seus prediletos são os fracos e os oprimidos. Não pode ficar indiferente à espoliação do índio expulso de suas terras, à destruição de sua cultura. Não pode fechar os olhos ante a grave situação de insegurança em que vivem os pequenos, ante a fome dos pobres e a desnutrição das crianças. Não pode ignorar os desenraizados, os migrantes que buscam novas oportunidades, e que somente encontram abrigo debaixo dos viadutos ou se aninham nos arredores das grandes cidades. Cristo se faz presente e visível nestas pessoas. Maltratá-las é maltratar a Cristo.

Diante dos males que afligem diariamente os pequeninos, o sofrimento e a morte de nossos irmãos, pastores ou leigos, são por nós considerados como participação na Cruz de Cristo e de Seu povo e modo novo de beber do Cálice do Senhor.

Cristo foi o grande defensor dos direitos humanos. Ele nos ensina que somos todos filhos amados do mesmo Pai do Céu, portanto irmãos, com o dever e o direito de partilhar os bens criados.

Os grandes daquele tempo não toleravam que Cristo os igualasse, diante de Deus, aos pequenos, aos ignorantes da lei e aos pecadores. A estes últimos, Cristo, porém, deu preferência, afirmando: “As meretrizes e os publicanos estão vos precedendo no Reino de Deus” (Mt 21,31).

A Igreja tem procurado tomar a defesa dos direitos do fraco, do pobre, do índio, da criança que vai nascer. Mas hoje reclama para o povo não mais a esmola das sobras que caem da mesa dos ricos, mas uma repartição mais justa dos bens. Por que só alguns podem comer do bom e do melhor, e a maioria tem que dormir com fome? Por que alguns — até estrangeiros — podem adquirir, por dinheiro, milhares de hectares de terra para criar gado e exportar a carne, e nossa pobre gente não pode continuar cultivando o pedaço de terra onde nasceu e se criou ou já vive e trabalha há dezenas de anos?

Por que somente alguns têm o poder de decisão? Por que uns ganham 30, 50, 100 mil cruzeiros por mês, e tantos não fazem mais do que o salário mínimo? Há países em que a diferença entre os salários mínimo e máximo não excede a 12 vezes, enquanto no Brasil passa de 200 vezes. Por que alguns podem ir passear e conhecer o mundo todo, e a maioria não pode tirar uma semana de férias e sair com a família? Lembramos, contudo, que, embora as diferenças econômicas não sejam pecado em si mesmas, é pecado as injustiças que as tiverem provocado.

Houve um tempo em que nossas pregações ao povo aconselhavam sobretudo a paciência e a resignação. Hoje, sem deixar de fazê-lo, nossa palavra se dirige também aos grandes e poderosos para apontar-lhes suas responsabilidades pelos sofrimentos do povo.

Como reagem eles? Com um exame de consciência? Com a defesa de seus interesses? Assim reagiram os poderosos do tempo de Cristo: “Se o deixarmos assim, todos crerão nele e os romanos virão e arruinarão a nossa cidade e toda a nação” (Jo 11,48). Os grandes daquele tempo pensavam em si e não no povo. Hoje é a mesma coisa? Se o Evangelho for seguido, será bom para o povo, mas os grandes terão que perder seus

privilégios, como Maria Santíssima já havia profetizado: “Derubou do trono os poderosos e exaltou os humildes. Saciou de bens os famintos e despediu os ricos de mãos vazias” (Lc 1, 52-53).

Como pastores, sinceramente desejamos que estes não virem as costas à Palavra do Deus que ouve os clamores do Seu povo.

Aqueles que fazem uso indevido da Palavra de Deus: “Meu reino não é deste mundo. Se meu reino fosse deste mundo, meus súditos teriam combatido para eu não ser entregue aos judeus. Mas meu reino não é daqui” (Jo 1,36), respondemos que, não ignorando que a parte mais bela do Reino será vivida na casa do Pai, a Igreja sabe, também, que o Reino de Deus começa aqui. Todos devemos trabalhar para que o povo possa passar “de situações menos humanas, para situações mais humanas”.

A Igreja não pode ser um poder como os outros poderes. Ela não deve confiar na força nem tentar usar as mesmas armas dos poderosos. Sua arma é a cruz! Sua força é a graça de Deus. Para construir o reino não deste mundo, mas o de Deus, é preciso crer, orar e sobretudo sofrer e até morrer, porque “sem derramamento de sangue não há redenção” (Hebreus 9,22).

Eis porque ninguém deve admirar-se de que muitos dos que seguem o Evangelho sejam tão criticados e até acusados de comunistas ou subversivos. O Evangelho diz a respeito de Cristo: “Eis que este menino foi colocado... como um sinal de contradição” (Lc 2,34). Ele que “passou a vida fazendo o bem” foi criticado, acusado de tanta coisa, preso, levado aos tribunais e condenado à morte. “O discípulo não é maior do que o Mestre”. Ninguém fique triste com essas acusações, nem preocupado em defender-se delas. Como Paulo, pode dizer: “Longe de mim gloriar-me a não ser na cruz de Nosso Senhor Jesus Cristo, por quem o mundo está crucificado para mim e eu para o mundo” (Gál. 6,14).

É isso que os grandes do Mundo dificilmente podem entender: a felicidade da cruz aceita em união com Cristo crucificado. “Bem-aventurados sois quando vos injuriarem e vos

perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal contra vós por causa de mim. Alegrai-vos e regozijai-vos porque será grande vossa recompensa nos céus, pois foi assim que perseguiram os profetas que vieram antes de vós” (Mt 5,11-12). Não devemos lamentar a sorte de Dom Adriano, dos padres Rodolfo e João Bosco, do índio Simão. Seria bom se as Autoridades descobrissem e punissem os responsáveis pelo seqüestro, não para desagravar o bispo, mas para o povo da Baixada poder confiar mais no Governo e ter a segurança de que não continuará sem proteção e sem defesa, nas mãos de tantos criminosos.

Seria bom que a Justiça castigasse os assassinos do Pe. João Bosco, não por ele ser de uma família importante, mas para que, nunca mais, elementos da Polícia desrespeitem e torturem ninguém, como torturaram nossas irmãs Margarida e Santana, e nem continuem espalhando terror entre os pequenos. Seria bom que João Mineiro e seus companheiros de crime fossem presos e condenados, não para vingar a morte do Pe. Rodolfo e do índio Simão, mas para que os invasores de terras entendam que sobre eles também pesa o braço da Justiça. Todavia, a simples punição dos executores dos crimes não pode tranquilizar a consciência das Autoridades, enquanto o sistema sócio-político e econômico continuar gerando uma ordem social marcada por injustiças e propícia à violência.

Diante de tudo isso, o que é que Cristo está a exigir de nós? Ele nos faz estes apelos:

“Não temais aqueles que matam o corpo mas não podem matar a alma” (Mt 10,28).

“No mundo tereis tribulações, mas tende coragem: eu venci o mundo” (Jo 16,33).

“Se o mundo vos odeia, sabeis que primeiro me odiou a mim” (Jo, 15,18).

“Assume a tua parte de sofrimento como um bom soldado de Cristo Jesus” (2 Tim 2,3).

“Mostra-te fiel até a morte e eu te darei a coroa da vida” (Apoc 2,10).

“Completo na minha carne o que falta à Paixão de Cristo” (Col 1,24).

“Ai de mim se eu não disser a verdade que ouvi. Ai de mim se eu me calar quando Deus me mandar falar” (Liturgia).

É com esse esforço constante de fidelidade que a Igreja, formada de todos nós, poderá ir se purificando e ir caminhando na realidade do Reino de Deus. Somente então será verdade o que São João escreveu no livro do Apocalipse: “Eis a tenda de Deus com os homens. Ele habitará com eles, eles serão o seu povo, e Ele, Deus-com-eles, será o seu Deus. Ele enxugará toda lágrima dos seus olhos, pois nunca mais haverá morte, nem luto, nem clamor, e nem dor haverá mais. Sim! As coisas antigas se foram” (Apoc 21,3-4).

Assim, amados irmãos, continuemos a percorrer juntos o Caminho da Esperança.

* * *

Desejosos de que esta Comunicação Pastoral ao Povo de Deus fique em seu campo próprio e não venha a ser instrumentalizada por forças políticas de quaisquer orientações; e movidos, ao mesmo tempo, por um sentimento de respeito pelo processo eleitoral, no qual não desejamos intervir, adiamos sua publicação para depois das eleições de 15 de novembro.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1976.

*